



D E C R E T O N° 6.993/2020.

Recomenda o uso de máscaras por toda a população, estabelece medidas de flexibilização para abertura do comércio local, bem como as medidas sanitárias mínimas para adequação dos comércios essenciais e não essenciais, e dá outras providências. -----

RODRIGO ABDALA PROENÇA, Prefeito do Município de Capivari, estado de São Paulo, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais,

CONSIDERANDO a existência de pandemia do Coronavírus-COVID-19, nos termos declarados pela Organização Mundial da Saúde, Ministério da Saúde e Secretaria do Estado da Saúde;

CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição da República;

CONSIDERANDO as diretrizes de atendimento integral, universal e igualitário no SUS, que compreendem as ações de proteção e recuperação de saúde individual e coletiva;

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação, no Município de Capivari, da Lei Federal nº 13.979/2020, que dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Coronavírus - COVID-19;

CONSIDERANDO a Portaria nº 188, de 3 de fevereiro de 2020, do Ministério da Saúde, que dispõe sobre a Declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo Coronavírus - COVID-19, especialmente a obrigação de articulação dos gestores do SUS como competência do Centro de Operações de Emergências em Saúde Pública (COE-nCoV);

CONSIDERANDO que a Câmara dos Deputados, em 18 de março de 2020, e o Senado Federal, em 20 de março de 2020, reconheceram a existência de calamidade pública para os fins do artigo 65 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);

Secretaria Geral

Rua XV de Novembro, 639 - Centro
CEP 13360-000 | Capivari-SP
(19) 3492-9250
secgeral@capivari.sp.gov.br



CONSIDERANDO o reconhecimento do estado de calamidade pública pelo Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do Decreto nº. 64.879, de 20 de março de 2020;

CONSIDERANDO o determinado no Decreto Federal nº. 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamentou a Lei nº. 12.979, de 06 de fevereiro de 2020, definindo os serviços públicos e as atividades essenciais;

CONSIDERANDO a necessidade de se regulamentar e adequar os termos do Decreto Estadual nº 64.881, de 22 de março de 2020, que decretou quarentena no Estado de São Paulo, pelo prazo de 15 (quinze) dias, no período de 24 de março de 2020 a 07 de abril de 2020, às necessidades e características do Município de Capivari;

CONSIDERANDO a prorrogação do prazo de quarentena no Estado de São Paulo até o dia 22 de abril de 2020; por intermédio do Decreto Estadual nº. 67.920, de 06 de abril de 2020;

CONSIDERANDO os termos do artigo 23, inciso II da Constituição Federal, que determina a competência concorrente da União, Estados e Municípios para legislar sobre saúde pública;

CONSIDERANDO a inexistência de casos de contaminação pelo Coronavírus Covid-19 confirmados no Município de Capivari nesta data;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a capacidade econômico-financeira dos comércios e prestadores de serviços locais,

DECRETA:

Art. 1º. Como medida para redução da disseminação do Coronavírus, fica recomendado o uso de máscaras por toda a população, sejam descartáveis ou reutilizáveis, industrializadas ou de fabricação caseira.

Parágrafo Único. Em caso de uso de máscaras de tecido de uso não profissional deverão ser seguidas as Orientações Gerais da ANVISA e do Ministério da Saúde em relação a confecção, uso e higienização, disponível no link <http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/NT+M%C3%A1scaras.pdf/bf430184-8550-42cb-a975-1d5e1c5a10f7>.

Secretaria Geral

Rua XV de Novembro, 639 - Centro
CEP 13360-000 | Capivari-SP
(19) 3492-9250
secgeral@capivari.sp.gov.br



Art. 2º. Fica permitido o atendimento presencial nos comércios e prestadores de serviços considerados como “não essenciais” no Decreto Federal nº. 10.282, de 20 de março de 2020 e suas alterações e no Decreto Estadual nº. 64.881, de 22 de março de 2020, do Estado de São Paulo, bem como nas Deliberações do Comitê Administrativo Extraordinário Covid-19.

§1º. Recomenda-se, no entanto, a priorização dos meios de comercialização “online” e por telefone, fazendo uso preferencial de “delivery” e “drive thru”.

§2º. O atendimento presencial e reabertura do estabelecimento comercial e/ou prestador de serviço está condicionado ao atendimento das determinações previstas neste decreto, bem como à autorização de Comissão Administrativa especialmente designada para tal avaliação.

§3º. Para obtenção de tal autorização, o responsável pelo comércio e o prestador de serviço deverão protocolar requerimento no setor de protocolo da Prefeitura Municipal ou pelo e-mail liberacomercio@capivari.sp.gov.br, demonstrando, por imagens, documentos e texto que todas as medidas aqui estabelecidas foram atendidas.

§4º. Além dos documentos comprobatórios de atendimento das medidas estabelecidas neste Decreto, deverão ser apresentados os documentos de constituição da pessoa jurídica, documentos pessoais do seu responsável e documentos pessoais do prestador de serviço.

§5º. A Comissão Administrativa que analisará os requerimentos será composta por representantes da Vigilância Sanitária, Fiscalização e Posturas e de Trânsito e Mobilidade Urbana;

§6º. Ao analisar a documentação apresentada, a Comissão Administrativa poderá solicitar informações e esclarecimentos ao estabelecimento comercial e prestador de serviço, bem como realizar vistorias no local.

Art. 3º. Ficam estabelecidas as seguintes determinações, válidas para todos os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços que realizar qualquer tipo de atendimento presencial:

I. Substituir, sempre que possível, o atendimento presencial ao público por serviços “online”, por telefone, “delivery”, “drive thru”, ou outro que promova o distanciamento social.



D E C R E T O Nº 6.993/2020.

FLS. - 04 -

II. Os estabelecimentos e atividades que realizarem atendimento presencial deverão:

- a. Disponibilizar álcool em gel 70% para uso dos colaboradores e clientes em pontos estratégicos e de fácil acesso para higiene das mãos, principalmente na entrada e saída dos estabelecimentos e próximo aos locais de contato manual frequente;
- b. Limitar a entrada de pessoas a fim de evitar aglomeração de qualquer número no interior do estabelecimento durante a espera pelo atendimento, cuidando para que essas pessoas se mantenham distância mínima de 2 (dois) metros uma das outras. Para tanto, deverá ser demarcado o chão com os pontos em que o cliente deverá aguardar sua vez para ser atendido, de modo que somente adentrem o estabelecimento 01 (uma) pessoa a cada 2m² (dois metros quadrados);
- c. A posição dos clientes nas filas dos caixas deverão ser demarcados no chão com distanciamento mínimo de 2 (dois) metros entre cada cliente;
- d. Nos caixas deverá ser adotado o uso de barreira física (barreira sanitária) em vidro ou acrílico, ficando estabelecido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de publicação deste Decreto, para adequação dos estabelecimentos essenciais que não foram atingidos pela suspensão no atendimento presencial. Tais estabelecimentos deverão informar à Prefeitura do atendimento de tal exigência pelos canais de comunicação disponibilizados no §3º do artigo 2º deste Decreto. Os estabelecimentos não essenciais só terão liberada sua abertura após cumprida essa exigência;
- e. Em caso de formação de filas do lado externo, caberá ao próprio estabelecimento disponibilizar funcionário identificado para orientar as pessoas a manterem o distanciamento mínimo de 2 (dois) metros umas das outras, demarcando o chão;
- f. Divulgar, na entrada e no interior do estabelecimento, por meio de cartazes, as medidas que devem ser observadas naquele local pelos consumidores, funcionários e colaboradores para minimizar os riscos de contágio pelo Coronavírus Covid-19;

Secretaria Geral

Rua XV de Novembro, 639 - Centro
CER 13360-000 | Capivari-SP
(19) 3492-9250
secgeral@capivari.sp.gov.br



D E C R E T O Nº 6.993/2020.

FLS. - 05 -

- g. Ampliar a frequência de higienização com álcool a 70% ou hipoclorito a 1% das bancadas, pisos, superfícies, equipamentos e utensílios utilizados no fornecimento de seus produtos ou serviços ou colocados à disposição do consumidor, tais como carrinhos, cestinhas, caixas eletrônicos, máquinas de recebimento, mesas, cadeiras, dentre outros, informando, de maneira ostensiva e adequada, sobre o risco de contaminação;
- h. Manter os banheiros limpos e higienizados, equipados com sabonete líquido, papel toalha em recipientes próprios e lixeiras acionadas por pedal;
- i. Propiciar boa ventilação nos ambientes, mantendo portas e janelas abertas. Em caso de ambiente climatizado realizar a manutenção dos aparelhos de ar-condicionado, observadas as orientações das Autoridades de Saúde e Sanitária Municipais, promovendo a higienização dos mesmos semestralmente;
- j. Exigir o uso de máscaras por todos os funcionários e colaboradores, fornecendo-a aos mesmos de modo que seja possível realizar a troca a cada 02 (duas) horas, no caso de máscaras descartáveis e, a cada 03 (três) horas, no caso de máscaras de tecido de uso não profissional. As máscaras industrializadas ou de fabricação caseira, deverão estar perfeitamente ajustada ao rosto e cobrir totalmente o nariz e a boca;
- k. Caso seja adotado o uso de máscaras de tecido de uso não profissional, deverão ser seguidas as Orientações Gerais da ANVISA e do Ministério da Saúde em relação a confecção, uso e higienização, disponível no link <http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/NT+M%C3%A1scaras.pdf/bf430184-8550-42cb-a975-1d5e1c5a10f7>;
- l. O recebimento de dinheiro, cartões ou outras formas para o pagamento de despesas deve ocorrer em área específica e os funcionários responsáveis por essa atividade não devem manipular alimentos;
- m. Organizar o fluxo de entrada e saída de pessoas no estabelecimento, de forma a evitar o contato físico entre elas, preferencialmente adotando portas para entrada e saída sinalizadas;
- n. Em todo e qualquer atendimento presencial deverá ser preservada a distância mínima de 02 (dois) metros de distância entre os funcionários, colaboradores e clientes;

Secretaria Geral

Rua XV de Novembro, 639 - Centro
CEP 13360-000 | Capivari-SP
(19) 3492-9250
secgeral@capivari.sp.gov.br



DECRETO N° 6.993/2020.

FLS. - 06 -

- o. Fica suspenso o uso de cardápios permanentes ou outros meios equivalentes. Os estabelecimentos que fazem uso desse método para consulta e escolha de produtos deverão adotar meios virtuais ou disponibilizar cardápios individuais e descartáveis a cada cliente;
- p. Os pedidos realizados pelo sistema de *delivery* podem ser entregues no local solicitado ou retirados no estabelecimento pelo cliente sem formação de filas e aglomerações de qualquer número;
- q. O entregador deverá fazer uso constante de máscaras industrializadas ou de fabricação caseira e manter a higiene frequente e adequada das mãos, máquinas de cartão e dos veículos utilizados para transporte dos produtos, especialmente dos punhos de motocicletas e bicicletas e dos volantes, câmbio e breque de automóveis, com uso de álcool 70% ou hipoclorito 1%. Aplicam aos entregadores as regras estabelecidas nas alíneas “j” e “k”, acima;
- r. Os compartimentos de transporte para entregas de quaisquer produtos devem ser higienizados interna e externamente pelos menos 03 (três) vezes ao dia, evitando-se aberturas desnecessárias e a disponibilização dos pacotes sobre o piso ou locais não higienizados.
- s. Os estabelecimentos de fabricação e manipulação de alimentos deverão seguir, além das determinações previstas neste Decreto, aquelas estabelecidas na “Nota Técnica nº 18/2020/SEI/GIALI/GGFIS/DIRE4/ANVISA - Covid-19 e as Boas Práticas de Fabricação e Manipulação de Alimentos”, disponível no link <http://portal.anvisa.gov.br/documents/219201/4340788/NT+18.2020+-+Boas+Pr%C3%A1ticas+e+Covid+19/78300ec1-ab80-47fc-ae0a-4d929306e38b>;
- t. Fica determinado que todos os estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, considerados essenciais ou não, se atentem às atualizações das Recomendações, Orientações e Notas Técnicas expedidas pela ANVISA e Ministério da Saúde, de modo que atualizem seus procedimentos internos e em relação ao atendimento público;
- u. Obedecer rigorosamente outras determinações das Autoridades de Saúde e Sanitárias do Município de Capivari, especialmente aquelas específicas para a concessão de Alvará de Funcionamento.

Secretaria Geral


Rua XV de Novembro, 639 - Centro
CEP 13360-000 | Capivari-SP
(19) 3492-9250
secgeral@capivari.sp.gov.br



Art. 4º. Aos supermercados e estabelecimentos congêneres, ficam mantidas as determinações iniciais previstas no art. 12 do Decreto Municipal nº. 6.977/2020, de 23 de março de 2020, além das previstas neste Decreto.

Art. 5º. Além das medidas previstas neste Decreto, aos estabelecimentos bancários, seus correspondentes e lotéricas fica mantida a determinação quanto à realização de triagem prévia sobre a disponibilização ou não do serviço pretendido pelo cliente, orientando-o, quando for o caso, a buscar atendimento pelos meios adequados.

Art. 6º. Os estabelecimentos de beleza, tais como cabeleireiros, barbeiros, manicure, pedicure, clínicas de estéticas deverão realizar seus atendimentos com hora marcada, com intervalo mínimo entre os atendimentos suficiente para higienização do local conforme estabelecido neste Decreto.

Art. 7º. Os restaurantes, bares, lanchonetes, cafés, padarias e estabelecimentos congêneres com consumo local deverão atender até às 22h com capacidade reduzida de, no máximo 50% (cinquenta por cento) de sua capacidade máxima de lotação, mantendo 02 (dois) metros de distância entre as mesas e atendendo as demais normas deste Decreto.

Art. 8º. Os estabelecimentos religiosos deverão atender determinações estabelecidas em Decreto específico.

Art. 9º. Outras medidas poderão ser adotadas há qualquer momento pelas Autoridades de Saúde e Sanitárias do Município de Capivari, promovendo-se a divulgação no Diário Oficial do Município e mídias oficiais.

Art. 10. As medidas estabelecidas por este Decreto estão sujeitas à análise diária das informações de saúde pública, fornecidas pela Secretaria de Saúde e Vigilância Epidemiológica, podendo ser revistas a qualquer tempo.

Art. 11. A fiscalização das medidas deste Decreto fica a cargo das Autoridades Sanitárias, da Fiscalização e Posturas e Fiscalização de Trânsito e Mobilidade Urbana do Município de Capivari, com apoio da Guarda Civil Municipal, nos moldes da Lei.

Secretaria Geral

Rua XV de Novembro, 639 - Centro
CEP 13360-000 | Capivari-SP
(19) 3492-9250
secgeral@capivari.sp.gov.br



D E C R E T O N° 6.993/2020.

FLS. - 08 -

§1º. O não cumprimento das medidas estabelecidas por este Decreto poderá ser caracterizado como infração sanitária estando sujeito às penalidades e sanções administrativas, sem prejuízos das cíveis e criminais.


§2º. A Guarda Civil Municipal se atentará, em caso de descumprimento deste Decreto, ao disposto no artigo 268 (infração de medida sanitária preventiva) e no artigo 330 (desobediência), ambos do Código Penal, se a infração não constituir crime mais grave, devendo tomar as medidas cabíveis.

Art. 12. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Capivari, 17 de abril de 2020.

RODRIGO ABDALA PROENÇA
Prefeito Municipal

Publicado na Portaria da Secretaria Municipal, aos dezessete dias
do mês de abril do ano de dois mil e vinte.


SUSIMARA AP. LEITE DE LIMA
Dir. Secretaria Geral